

A REDE URBANA AMAZÔNICA: PRESENTE E PASSADO¹

Miguel Angelo Ribeiro²

“A complexidade funcional crescente vai traduzir-se, entre outros aspectos, no fato de que cada centro situa-se simultaneamente em pelo menos duas redes. Uma constituída por localidades centrais e na qual cada centro tem uma posição e outra, menos sistemática e mais irregular, na qual cada centro desempenha um papel singular e/ou complementar a outros centros” (CORRÊA, 1997a:100).

O TRAJETO

No Brasil, um dos laboratórios de pesquisa sobre rede urbana é constituído pela Amazônia que, a partir da década de 1960, tem passado por transformações radicais nos diferentes tipos de rede que recobrem a região. Tais mudanças têm estado atreladas à apropriação capitalista da fronteira, intensificada pela atuação sucessiva de medidas oficiais, tais como o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais (Polamazônia), o Programa Grande Carajás (PGC) e, principalmente, a implantação dos megas projetos incentivados pela SUDAM que, combinados a outros fatos importantes como a criação da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1967, e o estabelecimento de uma infra-estrutura de grandes eixos, calcada no sistema rodoviário, garantiram a viabilização dos Programas propostos.

Os fatos que se verificaram na Amazônia, em parte estão ligados ao II PND (1975-79) que impõe no território nacional uma poderosa malha de duplo controle técnico e político, correspondente aos programas e projetos governamentais e de empresas públicas e privadas, por Becker (1992:132) denominado de “malha programada”. No início dos anos 70, cabe ressaltar, o PIN (Plano de Integração Nacional) e os programas de colonização e implantação de uma fronteira agrícola com base no urbano na Amazônia. Para Becker é através das estratégias de urbanização dos pólos de crescimento e de ocupação na Amazônia que melhor se observam os elementos constituintes desta “malha programada”, estando a rede urbana transformada na principal base logística da acelerada modernização.

Diante das medidas mencionadas que provocaram profundas transformações, a Amazônia, tendo como foco principal a cidade, sofreu uma ruptura em decorrência das transformações recentes, que alteraram sua organização sócio-espacial em várias direções, seja na forma, nas funções, no papel das cidades, nas interações espaciais que se tornaram mais complexas, seja ainda no tamanho funcional das cidades, originando complexas redes nas quais cada centro desempenha múltiplos papéis. Essas novas redes se formaram: minimizando e garantindo a permanência de seções da rede antiga, além de superpor e justapor as mesmas.

Com efeito, a rede urbana amazônica apresenta as seguintes características: complexidade genética, diversos padrões, crescente complexidade funcional de seus centros e diversos tipos e intensidade de integração interna e externa. Esse quadro resulta de um processo complexo de criação e evolução dos centros urbanos, processo esse que tem sido marcado por uma desigual espaço-temporalidade (Corrêa, 1997a).

As Transformações verificadas na rede urbana amazônica ainda estão em curso, pois a fronteira, até hoje, não se esgotou. A rede não está pronta e novos núcleos urbanos poderão surgir, enquanto outros serão revitalizados ou ainda poderão se tornar estagnados ou mesmo condenados ao desaparecimento. Desse modo, o resgate da dimensão urbana na Amazônia se justifica em decorrência de sua relevância para a Geografia, na medida em que por seu intermédio é possível determinar as diferentes escalas da divisão territorial do trabalho e a complexidade da rede urbana, em razão do papel específico e hierarquizado de cada lugar nos fluxos que compõem os diversos tipos de rede. Esses fluxos que organizaram redes e que se realizam em uma sociedade, através das conexões materiais (sistemas de transportes) e não materiais (fluxos de capitais e mensagens diversas) revelam formas que podem ser traduzidas em padrões de conexões espaciais. Tais formas são resultantes das relações de dominação e complementaridade entre os centros – “*decisões, investimentos e inovações circulam descendentemente dos grandes centros metropolitanos nacionais e globais para centros menores, transformando constante e desigualmente as atividades e a rede de cidades*” (Corrêa, 1988:109), nos quais práticas e inércias cristalizam, pelo menos durante um certo tempo, um padrão de funcionalidade da rede urbana.

A pesquisa em pauta tem por recorte espaço-temporal a Amazônia³, no período que se estende da década de 1990 (momento atual), retrocedendo aos anos 60. O seu propósito é determinar as

¹ Este artigo contém idéias e informações de parte da Tese de Doutorado defendida em 12/08/1998, no Departamento de Geografia da UFRJ, sob a orientação do Professor Roberto Lobato Corrêa. Aproveito para externar sinceros agradecimentos aos geógrafos João Baptista Ferreira de Mello e Carlos Alberto Franco da Silva, pela leitura minuciosa e valiosas críticas e sugestões, no decorrer da elaboração da pesquisa e ao Departamento de Geografia do IBGE – Rio de Janeiro, pelo apoio.

² Professor Adjunto. Departamento de Geografia. UERJ. Rio de Janeiro.

transformações recentes ocorridas a partir do papel e da organização espacial dos centros urbanos através da análise das redes de produção, de distribuição e de gestão. Para tanto, será necessário avaliar a dinâmica, a função, os fluxos e os nós das redes selecionadas.

A problemática desse estudo, está atrelada às transformações em curso verificadas na organização sócio-espacial da rede urbana da Amazônia, iniciadas a partir da década de 1960, transformações que, entre outras, se realizaram sobre uma rede urbana longamente estabelecida e caracterizada por uma estrutura simples – a rede dendrítica. Parte-se do pressuposto de que a rede urbana é tanto um reflexo – a partir das cristalizações oriundas do passado como da seleção que o capitalismo faz em determinados lugares e regiões, atribuindo às cidades, uma posição na hierarquia e uma especialização funcional – como também condição, pois através dela se viabiliza a produção e apropriação dos diversos excedentes em diferentes áreas, a circulação do valor e o consumo de mercadorias. A rede urbana torna-se complexa, pois cada centro desempenha múltiplos papéis, pertencendo, de modo diferenciado, e simultaneamente, à múltiplas redes. Portanto, a questão central da pesquisa em tela é entender como está estruturada a rede urbana da Amazônia.

Esta questão será subdividida em três sub-questões interligadas entre si. São elas:

1.) Como estão estruturadas as redes ligadas à produção, distribuição e gestão ?

Essa sub-questão preocupa-se em identificar três tipos de redes, utilizando-se como referencial básico os tipos de Miossec (1976) a saber: a rede de produção, baseada na estrutura produtiva das cidades que se articulam através das vias de comunicação e transporte; a rede de distribuição, associada à hierarquia dos lugares centrais; e a rede de gestão ou de decisão, constituída por alguns pólos, lugares de interação vantajosa, correspondendo aqueles centros onde os gestores encontram ao seu dispor os equipamentos aí localizados.

2.) Como cada centro urbano se situa em cada tipo de rede?

Essa sub-questão parte do pressuposto de que a divisão territorial do trabalho aparece condicionada à rede urbana e que a desigualdade sócio-espacial do sistema capitalista é revelada através do papel dos centros face à produção, à circulação, à acumulação do valor excedente e ao consumo. Isto pressupõe fluxos contínuos de pessoas, bens e serviços, de decisão, investimentos, entre outros, que se realizam no âmbito de uma rede urbana internamente diferenciada. Há uma diversidade de redes, nas quais cada centro urbano participa simultaneamente, ainda que de modo distinto e com intensidade diferente, desempenhando em cada uma delas um papel específico, ou até mesmo ficando à margem em um determinado momento, constituindo o que Walker (1978:26-70) denominou “reserva de lugares”.

3.) Que alterações recentes verificaram-se na rede urbana existente?

Essa sub-questão, como referida anteriormente, está intimamente ligada às transformações ocorridas na Amazônia nos últimos trinta anos, provocando uma ruptura em sua estrutura sócio-espacial, construída desde o século XVII, alterando-a no que se refere à sua forma, função e em suas interações espaciais que se tornaram mais complexas. Ao mesmo tempo originou novas redes resultantes do aproveitamento de seções da antiga rede, da superposição de redes antigas e novas e da justaposição de redes novas e antigas, além de garantir a permanência de seções da rede antiga. Conseqüentemente, uma rede mais complexa foi gerada, com seções (sub-redes) elaboradas em diferentes épocas. No momento, várias delas se justapõem e se superpõem, formando uma multiplicidade de redes nas quais cada lugar (centro urbano) desempenha múltiplos papéis, estando assim em várias redes, e não mais monotonicamente, em uma única, como no passado, e que era representado pela rede dendrítica.

³ Estamos considerando para efeito de análise a Amazônia Legal, constituída pelas Unidades da Federação pertencentes à Região Norte (Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá); Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás, até o paralelo 13°S) e Nordeste (Maranhão, até o meridiano de 44° W de Greenwich).

A OPERACIONALIZAÇÃO

A partir da problemática levantada e através da questão e das sub-questões estabelecidas, procurar-se-à, através da operacionalização proposta, alcançar os objetivos. Sendo assim, de forma resumida cumpre mencionar o material analisado para os três tipos de redes selecionados.

Na análise da rede de produção foram selecionados os centros urbanos a partir do tamanho da população urbana residente na sede municipal igual ou superior a 5.000 habitantes. A partir desses centros, em um total de 265 selecionados, uma tipologia foi elaborada fundamentada nos indicadores de produção agropecuária e industrial e receitas das atividades terciárias. Por fim, as relações espaciais foram estabelecidas através do indicador de fluxos econômicos.

Para a rede de distribuição enfatizou-se a centralidade a partir da adaptação da teoria dos lugares centrais formulada por Christaller (1966). Para tanto, a intensidade dos fluxos de deslocamento de consumidores em busca de bens e serviços, raros e freqüentes, além do total das funções selecionadas, resultou na hierarquia e área de atuação dos centros selecionados.

Na análise da rede de gestão recorre-se a dois indicadores, a saber: o primeiro referente ao grau de controle das atividades econômicas, através dos assalariados externos controlados segundo os gêneros e grupos industriais; e o segundo às interações inter-pessoais de acordo com o número de passageiros de destino nos aeroportos.

A pesquisa empreendida tem como procedimento operacional a análise estatística de fontes primárias e secundárias segundo diferentes matrizes e seus respectivos mapeamentos. Por outro lado, procurou-se apresentar os fatores que conduziram às transformações recentes na Amazônia pós-1960, com base em ampla bibliografia.

OS RESULTADOS

Segundo a concepção teórica e a articulação com as evidências empíricas é possível responder à questão central e as sub-questões formuladas. Sendo assim, pode-se estabelecer, algumas inferências, a saber.

Na rede de produção constata-se que a grande maioria dos núcleos urbanos da Amazônia está fortemente condicionada pelas atividades primárias – agrícolas e extrativas, além da atividade industrial vinculada à extração de produtos minerais e ao beneficiamento de produtos primários, principalmente da madeira. A estruturação da recente organização produtiva, associada a outros fatores, dentre eles a incorporação de uma malha rodoviária, influenciou em novos padrões de interação espacial através de uma maior complexidade dos fluxos, tornando-os mais intensos, diversificados e multidirecionados. Na rede de produção a integração da rede urbana é mais complexa e intensa, incluindo não só relações entre um pequeno centro e outro maior, mas principalmente interações de complementaridade, no âmbito de uma mais complexa divisão territorial do trabalho. Por outro lado, as políticas territoriais empreendidas pelo Governo Federal vinculadas, entre outras pela presença de uma malha programada pelo Estado, reforçada pela existência da rodovia, trouxe também, radical transformação na vida de relações dos núcleos urbanos da Amazônia, integrando-os interna e externamente a novos núcleos urbanos.

A organização do espaço econômico, na qual os centros urbanos cumprem funções especializadas ou não, constitui suporte para que as cidades representem também, a função de distribuidoras de bens e serviços, assumindo diferentes papéis na rede de localidades centrais, marcada pelo grau de centralidade e a respectiva hierarquia decorrente da complexidade das funções centrais existentes – quantidade e variedade dos bens e serviços oferecidos e das informações que recebem ou emitem – como pela intensidade e alcance espacial dos fluxos realizados. Desse modo, verificou-se que as cidades amazônicas apresentam baixo grau de centralidade, estando mais de 60,0 % do seu total, como centros locais, enquanto apenas quatro acusaram níveis mais elevados, os centros regionais – Belém, Manaus, São Luís e Cuiabá, além de 15 centros sub-regionais. Junto a este universo, Goiânia e São Paulo estabelecem ligações diretas com centros da Amazônia, configurando áreas de atuação nesta porção do espaço nacional.

O excessivo número de pequenos centros deriva tanto das baixas densidades de povoamento como pela precária acessibilidade no âmbito da região. Resulta também da criação, em muitas áreas da Amazônia, de novos centros, surgidos recentemente. Tais aspectos evidenciam não apenas a forte influência de centros localizados extra-regionalmente, como o fato da Amazônia não gravitar na órbita de um único e poderoso centro regional, o que configuraria a existência efetiva de uma verdadeira metrópole amazônica. Na verdade na Amazônia assiste-se hoje à combinação entre os subsistemas de funções e fluxos hegemônicos, aqueles modernos e de maior dinamismo, oriundos das metrópoles e centros extra-regionais comandados principalmente por São Paulo e Goiânia, que ampliam seus vínculos em áreas da

Amazônia antes não atingidas, e os subsistemas de funções e fluxos predominantemente convencionais, presentes em centros regionais, bem como em Belém, Manaus, São Luís e Cuiabá e suas áreas de atuação, organizadas de forma hierarquizada.

Consequentemente, pode-se afirmar que os resultados refletem processos sociais mais complexos que se realizam de modo diferenciado entre os centros da rede urbana, gerando diferenciação hierárquica entre os centros da rede de distribuição, resultando em diferentes arranjos espaciais reveladores das diferentes formas de penetração do capitalismo, criando desiguais padrões.

A rede urbana dendrítica que caracterizava a Amazônia perde importância diante dos novos processos sócio-espaciais, alterando a rede de localidades centrais, principalmente quando compara-se às áreas de atuação dos centros regionais.

O controle do processo produtivo, configurando a rede de gestão, por outro lado é caracterizado por poucos centros internos, dos quais Manaus e Belém destacam-se na participação das principais empresas industriais controladoras de assalariados externos, enquanto os demais centros apresentam fraco desempenho. Não se pode deixar de fazer menção às capitais estaduais exercendo papel político-administrativo como gestoras, principalmente no setor de serviços. O fluxo de passageiros de destino nos aeroportos ratificam este mesmo padrão. O fraco desempenho das cidades na Amazônia como centros de gestão explica-se pela não formação, nessa região, de uma burguesia regional, concentrada em apenas dois grandes centros, Manaus e Belém, os quais historicamente tiveram papel importante no território amazônico através dos seringalistas e proprietários de castanhais. Hoje, o controle encontra-se concentrado nas mãos de empresas privadas, de grande porte, associadas ao capital nacional e internacional, vinculadas ao setor extrativo mineral e madeireiro. Os vínculos externos são pouco representativos quando comparados ao nível nacional, destacando-se a participação do Rio de Janeiro e São Paulo, sediando empresas controladoras de assalariados na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma conclusiva, pode-se dizer que a rede urbana brasileira se torna complexa e na Amazônia, área em processo de integração recente, são verificadas significativas transformações em função da acelerada apropriação capitalista da fronteira, incentivada por políticas oficiais de desenvolvimento, combinadas à implantação de um sistema viário calcado no transporte rodoviário e na abertura de grandes eixos de circulação que alteraram tanto o perfil dos centros urbanos tradicionais, antes ligados a uma economia pouco integrada, como criaram novos nós, novas hierarquias e especializações, redirecionando os diversos fluxos de pessoas, mercadorias, bens, serviços e informações, agora voltados para uma dinâmica, cujo comando é nacional e internacional. Neste contexto o processo de inserção da Amazônia nas redes nacional e mundial faz-se de modo desigual, em termos espaciais, acirrando a diferenciação urbana através da complexidade funcional das cidades, com uma maior divisão territorial do trabalho, criando e/ou readaptando velhas formas para novas funcionalidades ou marginalizando outras.

Como contribuição mais efetiva ao estudo da rede urbana da Amazônia, alguns pontos para futuras pesquisas serão de extrema relevância para o entendimento da questão em pauta, mencionando-se, dentre os mais expressivos, os seguintes itens. No tocante a rede de produção:

- (1) o papel dos núcleos urbanos pequenos e sua inserção na divisão do trabalho, ou seja, a função dos centros urbanos com patamar populacional inferior a 5.000 habitantes;
- (2) a situação dos centros urbanos classificados nas atividades primárias e suas articulações espaciais;
- (3) a comparação de núcleos urbanos com diferentes modos de organização da produção e diferentes tamanhos populacionais, e
- (4) comparação entre os centros com atividades extrativas tradicionais e aqueles com atividades modernas.

No que diz respeito à rede de distribuição:

- (1) o comportamento espacial dos centros locais e a delimitação de suas respectivas áreas de atuação;
- (2) a rede dendrítica e a organização sócio-espacial na porção ocidental da Amazônia;
- (3) a distinção entre os centros considerados emergente ou decadente e sua caracterização e classificação;
- (4) os centros de zona, suas diferenciações e atuação espacial;
- (5) os centros sub-regionais e suas articulações espaciais e
- (6) o papel das capitais regionais e os processos de alteração e configuração espacial.

Quanto à rede de gestão:

- (1) a atuação espacial dos centros de gestão madeireira e
- (2) gênese e evolução dos diversos centros de gestão do território.

E finalmente, em termos gerais:

- (1) diferenças no número de centros e padrões locais entre os mais recentes e aqueles mais antigos;
- (2) diferenças entre centros pertencentes a redes formais e informais, e
- (3) os diferentes circuitos de interações espaciais para distintas redes.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Bertha K. Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da Geografia Política. In: **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma análise Interdisciplinar**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992. p. 127-52. v.1
- CHISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. Translated from Die Zentralen Orte in Süddeutschland by Carlisle W. Baskin. New Jersey, Prentice-Hall, INC. Englewood Cliffs, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo de rede urbana: uma proposição metodológica. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 50(2): 107-24. Abr./jun, 1988.
- . A organização urbana. In: **Geografia do Brasil – Região Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. pp. 254-71, v.3.
- . **Identificação dos centros de gestão do território no Brasil**. Rio de Janeiro, 1994. 33p. (mimeo).
- . **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a. 302p.
- . Interações espaciais. In: **Explorações geográficas**. Iná Elias de Castro et alii (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b. 279-318 p.
- HYMER, Stephen. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978 (1ª Ed.) 1983. 118p.
- MACHADO, Lia Osório. A geopolítica do governo local: proposta de abordagem aos novos territórios urbanos da Amazônia. In: **Anais – III Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: AGB, set., 1993. p. 83-88.
- MARTINE, George e TURCHI, Lenita. A questão da urbanização na Amazônia: realidade e significado. In: **C e T no processo de desenvolvimento da Região Amazônica**. 2ª ed., São Paulo, 1989. P. 25-55. V.II. Estudos para o planejamento em ciência e tecnologia –3.
- MIOSSEC, Jean-Marie. La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique. In: **L'Espace Géographique**. Paris: Doin Éditeurs, 1976. n° 3. p. 165-75. Juillet-septembre.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. Considerações sobre a organização Industrial da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 54(3): 27-46, jul./set., 1992.
- . Amazônia: a dimensão do urbano e a qualidade ambiental. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 57(2): 41-65, abr./jun., 1995.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988. 124p.
- . **Técnica espaço tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994. 190 p.
- WALKER, R. A. "Two Sources of Uneven Development under Advanced Capitalism: Spatial Differentiation and Capital Mobility. In: **The Review of radical Politics Economics**. 10(3): 28-36. 1978.